

Demonstrações
financeiras
intermediárias
VPORTS Autoridade
Portuária S.A.

Em 31 de março de 2024
Com relatório de revisão do auditor
independente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias da VPORTS Autoridade Portuárias S.A

Aos Conselheiros e Diretores do
Vports Autoridade Portuária S.A.
Vitória - ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da **VPORTS Autoridade Portuárias S.A** ("Vports"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações contábeis do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias..

A Administração da Vports é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, em 31 de março de 2024, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de março de 2024 sem modificação e às informações contábeis intermediárias, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período três meses findo em 31 de março de 2023 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de maio de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), três meses findos em 31 de março de 2023 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Vitória, 15 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

Demonstrações do Resultado do Período Intermediário Em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2024	31/03/2023
Receita Operacional Líquida	27	86.373	53.384
Custo dos Serviços Prestados	28	(52.288)	(29.217)
Lucro Bruto		34.085	24.167
Receitas/(Despesas) Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	28	(14.330)	(18.048)
Outras Receitas e Despesas, líquidas	29	1.720	(36.795)
Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		21.475	(30.676)
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras	30	5.515	3.966
Despesas Financeiras	30	(6.849)	(8.017)
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		20.141	(34.727)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	10	(3.795)	-
Diferidos	10	(3.697)	6.734
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período		12.649	(27.993)
Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$	26.2	0,0018	(0,0039)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente Intermediário Em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período		12.649	(27.993)
Outros resultados abrangentes	26.3.	13.014	(1.554)
Resultado Abrangente Total do Período		<u>25.663</u>	<u>(29.547)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VSPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		568.568	17.204	(111.563)	474.209
Outros Resultados Abrangentes		-	(1.554)	-	(1.554)
Adiantamento para Aumento de Capital		53	-	-	53
Resultado do Período		-	-	(27.993)	(27.993)
Saldos em 31 de março de 2023		568.621	15.650	(139.556)	444.715
Saldos em 31 de dezembro de 2023		568.621	7.228	(103.233)	472.616
Outros Resultados Abrangentes	25.3	-	5.786	-	5.786
Aporte de capital		-	-	-	-
Resultado do Período	25.4	-	-	12.649	12.649
Saldos em 31 de março de 2024		568.621	13.014	(90.584)	491.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado intermediária Em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023 (Valores Expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/03/2024	31/03/2023
Receita		
Receita Da Operação Portuária	37.006	29.827
Receita De Arrendamentos	33.249	29.832
Vendas Canceladas	-	(3)
Perdas Estimadas Com Crédito De Liquidação Duvidosa	61	71
Outras Receitas	23.915	875
	94.231	60.602
Insumos Adquiridos De Terceiros		
Custos Serviços Prestados	(40.676)	(14.861)
Materiais, Água, Energia, Serviços De Terceiros e outros	(5.064)	(8.935)
	(45.740)	(23.796)
Valor Adicionado Bruto	48.491	36.806
Retenções		
Depreciação/Amortização	(6.344)	(5.244)
Valor Adicionado Produzido Pela Entidade	42.147	31.562
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		
Receitas Financeiras	5.515	3.966
Outras Receitas e Despesas (Reversões/Provisões)	-	-
Valor Adicionado A Distribuir	47.662	35.528
Distribuição Do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	5.747	26.146
Benefícios a Empregados	3.519	14.812
Honorários De Conselhos	346	255
FGTS	566	10.113
Tributos		
Federais	16.399	2.232
Estaduais E Municipais	1.100	1.830
Juros E Variações Monetárias	6.849	8.017
Aluguéis	487	116
Remuneração De Capital Próprio		
Lucro (Prejuízo) Do Exercício	12.649	(27.993)
Valor Adicionado Distribuído	47.662	35.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixas Em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do período	12.649	(27.993)
Ajustes do exercício		
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação E Amortização	6.778	5.244
Provisão para processos judiciais	133	3.040
Provisão/(reversão) para perda de crédito estimada	138	(71)
Imposto De Renda E Contribuição Social Diferidos	3.697	(6.735)
Imposto De Renda Corrente	3.795	-
Adiantamento Clientes - Arrendamento	(500)	(500)
Juros Sobre Arrendamento Mercantil	88	133
Juros Sobre Portus E Plano De Pensão	1.320	2.660
Juros Sobre Depósitos Judiciais	(290)	(548)
Juros Complemento De Aposentadoria	54	(401)
Obrigações Com Poder Concedente	12.318	14.256
Lucro Ajustado	40.180	(10.915)
Variações Nas Contas de Ativos E Passivos		
Contas a Receber De Clientes	(8.280)	2.718
Créditos Negociados Com Os Clientes	-	1.518
Estoques	78	(60)
Tributos a Recuperar	(3.044)	(1.705)
Despesas Antecipadas	5.122	943
Depósitos Judiciais	5.510	5.357
Outros Créditos	(763)	1.393
Fornecedores	(3.196)	(738)
Obrigações Tributárias	(3.248)	3.196
Salários E Encargos	(2.481)	(2.962)
Adiantamentos De Clientes - Contas A Receber	1.940	(1.214)
Pagamento Portus	(2.405)	(3.268)
Pagamento de Plano de Pensão	(289)	-
Pagamento processos judiciais	-	(1.702)
Outras Contas A Pagar	(2.875)	1.596
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais	26.249	(5.843)
Pagamento de IR e CS	(677)	(1.431)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais Após Juros E Impostos	25.572	(7.274)
Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento		
Imobilizado E Intangível	(27.040)	(454)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades De Investimentos	(27.040)	(454)
Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento		
Pagamento De Arrendamento	(167)	(173)
Aumento De Capital	-	53
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(167)	(120)
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.635)	(7.848)
Caixa no Início do Período	162.686	82.642
Caixa no Final do Período	161.051	74.794
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.635)	(7.848)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A., anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 (“Contrato de concessão”), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND (“Edital”).

1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações antes de propriedade da União Federal e dos Estado do Espírito Santo foram compradas pela Holding Vports em setembro de 2022. Na ocasião 10% das ações da união foram reservadas para oferta aos empregados e aposentados, conforme previsto no Edital do Leilão nº 01/2022.

A sobra de ações não adquiridas pelos empregados e aposentados foi adquirida pela Holding Vports que hoje detém 99,54% das ações da Companhia.

1.2. Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de maio de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.6. Tributação

2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda (“IRPJ”) e Contribuição Social (“CSLL”) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de março de 2024, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. O COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços (“ISS”) é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em Reais (R\$), para os quais não existem muitas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos estimada é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

2.10. Desreconhecimento (baixa)

2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 9,92% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.15. Redução ao valor recuperável ("impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e/ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

- i. Absorção de prejuízos acumulados;
- ii. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- iii. No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Vports.

O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Provisão para processos judiciais:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 24). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

2.22. Receita e custo de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita e o custo de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	293	1.008
Operações compromissadas (a)	160.758	161.678
Total	161.051	162.686

(a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Faturas a receber de clientes	28.949	20.669
Provisão Para Perca de Créditos Estimada	(6.494)	(6.356)
Contas a receber	22.455	14.313
Adiantamentos de clientes (passivo)	(2.729)	(789)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PCE na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos e a vencer com base na matriz de provisão elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de março de 2024, respectivamente, a movimentação de adiantamentos de clientes se deve principalmente as tarifas portuárias que são adiantadas para uso da infraestrutura portuária.

A movimentação na provisão para perca de créditos estimado está sumarizada a seguir:

Descrição:	Valor
Saldos em 01 de janeiro de 2024	(6.356)
Constituição por estimativa	(138)
Reversão	-
Saldos em 31 de março de 2024	(6.494)

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição:	31/03/2024		31/12/2023	
	Cientes	PECLD	Cientes	PECLD
A vencer	18.847	(17)	10.545	(13)
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	506	(4)	748	(9)
De 31 a 60 dias	220	-	-	-
De 61 a 180 dias	-	(30)	64	(21)
De 181 a 365 dias	2	(1)	76	-
Mais de 365 dias	9.374	(6.442)	9.236	(6.313)
Total	28.949	(6.494)	20.669	(6.356)

5. Créditos negociados com clientes

	31/03/2024	31/12/2023
Títulos a receber de clientes	12.484	12.484
Provisão Para Perca de Crédito Estimada	(12.484)	(12.484)
Total de contas a receber	-	-

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Cientes	PECLD	Cientes	Cientes
A vencer	-	-	-	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)	12.484	12.484
Total	12.484	(12.484)	12.484	12.484

6. Tributos a recuperar

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	5.442	2.829
CSLL a compensar	2.373	1.755
INSS retido a compensar	-	216
PIS a compensar	506	503
COFINS a compensar	3.075	3.049
Total	11.396	8.352

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Licença de software	30	50
Seguros responsabilidade civil adm. (b)	242	277
Seguros bens móveis e imóveis (b)	1.572	2.881
Dragagem de manutenção (a)	-	3.717
Seguro garantia concessão (b)	34	63
Seguro garantia judicial	209	221
Total	2.087	7.209

(a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram reclassificados para imobilizado. Conforme o CPC 27 - Imobilizado, os gastos de manutenção de um ativo que possuem vida útil maior que um ano, devem ser lançados no Ativo Imobilizado da Companhia e depreciados de acordo com a vida útil que se espera, para a dragagem o seu tempo e de vida útil são de 2 anos. A adição deste custo de dragagem pode ser vista na movimentação da nota explicativa nº 12;

(b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

8. Outros créditos

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamento a funcionários	87	235
Assistência médica a recuperar	-	42
Outros créditos	1.674	695
Total	1.761	972

9. Depósitos judiciais

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Trabalhista	17.354	22.627
Cível/Tributário	3.263	3.210
Total	20.617	25.837

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no exercício:

Descrição	Cível		Total
	Trabalhista	Tributário	
Saldo em 31/12/2023	22.627	3.210	25.837
Depósitos/Bloqueio	1.557	-	1.557
Atualização	237	53	290
Saque	(449)	-	(449)
Resgate	(6.618)	-	(6.618)
Saldo em 31/03/2024	17.354	3.263	20.617

Os saques são oriundos a pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro/(prejuízo) antes da tributação	20.141	(34.727)
Impostos diferidos acumulados	-	11.885
Base de Cálculo	20.141	(22.842)
Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL	(3.447)	3.075
Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR	(3.447)	3.075
Compensação de prejuízos fiscais	(5.008)	-
Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para CSLL	11.686	(19.767)
Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para IRPJ	11.686	(19.767)
Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ		
Alíquotas de 15% IRPJ	3.384	2.971
Alíquota adicional de 10% IRPJ	2.249	1.981
Alíquotas de 9% CSLL	2.031	1.782
Incentivos fiscais	(172)	-
Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	(7.492)	6.734
Alíquota efetiva	(37,20%)	(19,34%)
IRPJ e CSLL Correntes	(3.795)	(6.734)
IRPJ e CSLL Diferidos	(3.697)	-
Total	(7.492)	(6.734)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de março de 2024, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	31/03/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL	22.858	8.860	31.718	24.111	9.310	33.421
Diferenças Temporárias:						
Provisão Para Perdas De Créditos	3.394	1.222	4.616	3.409	1.227	4.636
Provisão Para Demanda Judicial	12.923	4.652	17.575	12.890	4.640	17.530
Outras	2.513	905	3.418	5.623	2.024	7.647
Sub-total	18.830	6.779	25.609	21.922	7.891	29.813
Total	41.688	15.639	57.327	46.033	17.201	63.234

11. Outros créditos não circulantes

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
Créditos a recuperar (b)	1.611	1.590
Despesas antecipadas (a)	365	412
Total	1.976	2.002

(a) Trata-se de seguro garantia judicial.

(b) O saldo refere-se principalmente ao Convênio SEP, conforme saldo apresentado no passivo da nota explicativa nº 25.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de março de 2024		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Obras Civis	50	3.718	(1.859)	1.859
Instalações	10	17.761	(3.360)	14.401
Veículos	20	433	(332)	101
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.002	(8.931)	71
Equipamentos de informática	20	4.739	(852)	3.887
Móveis e utensílios	10	801	(401)	400
Direito de uso de ativo	-	5.065	(1.876)	3.189
Imobilizações em andamento	-	9.410	-	9.410
		50.929	(17.611)	33.318

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2023		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Instalações	10	17.456	(3.132)	14.324
Veículos	20	433	(311)	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.002	(8.931)	71
Equipamentos de informática	5	4.739	(619)	4.120
Móveis e utensílios	10	784	(385)	399
Direito de uso de ativo	-	5.065	(1.800)	3.265
Imobilizações em andamento	-	9.410	-	9.410
		46.889	(15.178)	31.711

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Movimentação do Imobilizado

Descrição:	31 de dezembro de 2023					31 de março de 2024				
	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Depreciação	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Depreciação
Obras Cíveis	-	-	-	-	(1.859)	3.718	-	-	-	1.859
Instalações	14.324	-	5	-	(227)	299	-	-	-	14.401
Veículos	122	-	-	-	(21)	-	-	-	-	101
Máquinas, equipamentos e ferramentas	71	-	-	-	-	-	-	-	-	71
Equipamentos de informática	4.120	-	-	-	(233)	-	-	-	-	3.887
Móveis e utensílios	399	-	-	-	(16)	17	-	-	-	400
Direito de uso de ativo	3.265	-	-	-	(76)	-	-	-	-	3.189
Imobilizações em andamento	9.410	-	-	-	-	-	-	-	-	9.410
	31.711	-	5	-	(2.432)	4.034	-	-	-	33.318
Descrição:	31 de dezembro de 2022					31 de dezembro de 2023				
	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Depreciação	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Depreciação
Instalações	13.868	(9)	-	1.077	(757)	145	(9)	-	-	14.324
Veículos	218	(5)	-	-	(91)	-	(5)	-	-	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4	-	-	-	(1)	68	-	-	-	71
Equipamentos de informática	231	-	-	3.893	(338)	334	-	-	3.893	4.120
Móveis e utensílios	157	(38)	-	317	(43)	6	-	-	317	399
Direito de uso de ativo	5.357	-	(1.727)	-	(365)	-	-	(1.727)	-	3.265
Imobilizações em andamento	27.144	-	(150)	(20.909)	-	3.325	-	(20.909)	-	9.410
	46.979	(52)	(1.877)	(15.622)	(1.595)	3.878	(52)	(1.877)	(15.622)	31.711

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de março de 2024		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	20	186	(16)	170
Marcas e patentes		296	-	296
Bens anteriores a concessão	2,86	1.320	(1.320)	-
Outorga fixa	2,86	148.394	(6.360)	142.034
Outorga à vista	2,86	106.000	(4.543)	101.457
Ativos da concessão	2,86	368.369	(15.077)	353.292
Investimentos em andamento		36.271	-	36.271
		660.836	(27.316)	633.520

Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2023		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	20	111	(10)	101
Marcas e Patentes		296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	2,86	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	2,86	148.394	(5.299)	143.095
Outorga à vista	2,86	106.000	(3.786)	102.214
Ativos da Concessão	2,86	367.850	(12.555)	355.295
Investimentos em Andamento		13.864	-	13.864
		637.835	(22.970)	614.865

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo de 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1. Movimentação do intangível

Descrição:	31 de dezembro de 2023	Aquisições	Reclassificações	Transferências (a)	Amortização	31 de março de 2024
Software	101	75	-	-	(6)	170
Marcas e Patentes	296	-	-	-	-	296
Bens Anteriores a Concessão	-	-	-	-	-	-
Outorga Fixa	143.095	-	-	-	(1.061)	142.034
Outorga à vista	102.214	-	-	-	(757)	101.457
Ativos da Concessão	355.295	524	(5)	-	(2.522)	353.292
Investimentos em Andamento	13.864	22.407	-	-	-	36.271
	614.865	23.006	(5)	-	(4.346)	633.520

Descrição:	31 de dezembro de 2022	Aquisições	Reclassificações	Transferências	Amortização	31 de dezembro de 2023
Software	-	111	-	-	(10)	101
Marcas e patentes	-	296	-	-	-	296
Outorga fixa	258.143	-	(111.606)	-	(3.442)	143.095
Outorga à vista	105.243	-	-	-	(3.029)	102.214
Ativos da concessão	347.212	4.133	35	14.035	(10.120)	355.295
Investimentos em andamento (c)	-	12.644	(367)	1.587	-	13.864
	710.599	17.184	(111.938)	15.622	(16.601)	614.865

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de R\$ 15.622 em 31 de dezembro de 2023 classificado como “transferência”, na presente nota, e nota de imobilizado (Nota Explicativa nº 12) refere-se à finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda estava em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, passado a ativo intangível após sua finalização por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1).

Em 31 de março de 2024 é observado a adição de R\$ 22.407 que se referem principalmente em obras conforme o contrato de concessão, entre elas se destacam a reforma dos armazéns do Cais Comercial em Vitória, e os projetos de reforma da pera ferroviária de Capuaba em Vila Velha

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados sendo assim não havendo modificações em prazos de depreciação. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

14. Fornecedores

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços	13.978	17.441
Fornecedores de material	1.354	1.087
Total	15.332	18.528

15. Obrigações tributárias

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
COFINS a recolher	3.167	2.404
PIS a recolher	684	518
ICMS a recolher	138	-
ISS a recolher	745	641
IRPJ/CSLL a recolher	2.647	3.948
Total	7.381	7.511

16. Salários e encargos

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Salários, férias e outras gratificações	7.695	10.218
INSS a recolher	396	510
FGTS a recolher	66	109
IRRF sobre a folha de pagamento	684	453
Outras obrigações trabalhistas	392	424
Total	9.233	11.714

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Arrendamento mercantil

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Juros Apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/03/2024
Imóveis	3.770	-	88	-	(167)	3.691
Circulante	261	69	88	-	(151)	267
Não Circulante	3.509	(69)	-	-	(16)	3.424

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros Apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	5.790	-	398	(1.711)	(707)	3.770
Circulante	493	-	-	-	Circulante	261
Não Circulante	5.297	-	-	-	Não circulante	2.509

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 9,92%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Companhia e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMS.

Em 31 de março de 2024, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	267	318	318	2.788

18. Adiantamento arrendamento cliente

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos não circulante	17.500	18.000
Total	19.500	20.000

Valor recebido antecipadamente referente ao contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02 de fevereiro de 2008 a 30 de setembro de 2033, que visa atender ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (PLANGÁS), instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 3453/2007.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Termo de compromisso financeiro - Portus

Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	9.866	9.712
Não circulante	74.346	74.596
Total	84.212	84.308

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro (TCF) com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho de 2035;
- Sistema *Price* de amortização;
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir, a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no exercício:

Descrição:	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2023	84.308
(+) Juros	1.321
(-) Pagamentos	(2.405)
(+/-) Atualização/Ajustes	988
Saldo do TCF em 31 de março de 2024	84.212

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Passivos Financeiros							
Empréstimos e Financiamentos	INPC	84.212	2.863	3.579	4.295	2.147	1.432

20. Obrigações com o poder concedente

20.1. Curto prazo

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Outorga variável	27.189	21.919
Terreno Greenfield	2.000	1.578
Total	29.189	23.497

20.1.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do exercício, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

20.1.2. Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Longo prazo

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(470.456)	(470.456)
Atualização IPCA	35.891	29.265
Total	184.285	177.659

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 13 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

21. Benefício pós emprego

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Complementação aposentadoria	1.676	1.676
Total curto prazo	1.676	1.676
Complementação aposentadoria	9.798	10.012
PORTUS (a)	27.412	34.208
Total longo prazo	37.210	44.220

- (a) O valor relativo à rubrica PORTUS, corresponde as métricas que foram amplamente descritas na NE 19, onde em termos gerais representa saldo inerente do acordo firmado com o Instituto Portus de Previdência com objetivo e equalizar o déficit, o valor apresentado nesta nota explicativa é relativo ao saldo atuarial do PORTUS que é atualizado trimestralmente.

21.1 PORTUS

Saldo plano pensão Portus	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial	34.208	25.624
Ajustes cálculo atuarial no exercício	(989)	(1.049)
Ajuste ORA	(5.807)	9.633
Saldo final	27.412	34.208

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Complemento de aposentadoria

Saldo complemento de aposentadoria	31/03/2024	31/12/2023
Saldo Inicial:	11.688	11.943
Benefícios pagos	(288)	(1.548)
Ajustes cálculo atuarial no exercício	53	950
Ajuste ORA	21	343
Saldo final	11.474	11.688

22. Direito de outorga cedido

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Direito de outorga cedido - circulante	32.061	30.867
Direito de outorga cedido - não circulante	29.129	28.044
Total	61.190	58.911

A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidados em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Os valores apresentados na presente nota são idênticos em ativos e passivos, pois ao mesmo tempo que a Companhia tem o direito do recebimento dos valores, ela tem a obrigação decorrente do compromisso do contrato e suas particularidades de acordo com sua vigência.

23. Outras contas a pagar

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Credores diversos	88	414
Credores depósitos caucionados	58	58
Provisão de bônus a colaboradores (a)	775	3.285
Depósitos e consignações	557	597
Assistência médica	204	230
Total	1.682	4.584

(a) A realização do desembolso da provisão de bônus a colaboradores referente ao exercício de 2023 realizou-se no 1º trimestre de 2024. O novo montante refere-se a provisão do exercício de 2024.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para processos judiciais

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a Vports (anteriormente CODESA) é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

a. Provisões para processos judiciais classificadas como perdas prováveis

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Provisão provável para processos judiciais		
Processos trabalhistas	26.492	26.843
Processos cíveis	25.201	24.717
Total	51.693	51.560

Até 31 de março de 2024 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para processos judiciais prováveis:

Descrição:	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.147	34.689	5.570	65.406
Complemento de provisão	7.518	4.090	367	11.975
Pagamentos/baixas de alvarás	(5.822)	(1.326)	(7.043)	(14.191)
(-) Reversões de provisões	-	-	(11.630)	(11.630)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.843	24.717	-	51.560
Complemento de provisão	4.475	484	-	4.959
(-) Reversões de provisões	(4.826)	-	-	(4.826)
Saldos em 31 de março de 2024	26.492	25.201	-	51.693

b. Processos judiciais classificados como perdas possíveis

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Processos Judiciais Possíveis		
Processos trabalhistas	50.615	60.440
processos cíveis	102.348	117.586
Processos tributários	8.468	8.469
Total	161.431	186.495

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre os principais processos classificados como perdas possíveis podemos destacar:

- T.A. Oil no valor de R\$ 29.901, na qual se refere a multa processual.
- Hiper Export no valor de R\$ 20.222, na qual a empresa pede declaração de propriedade sobre alguns armazéns na área em que atuava.

24.1. Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada nessa avaliação, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos.

25. Outras contas a pagar não circulante

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Obrigações Convênios	7.002	6.975
Total	7.002	6.975

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Capital social	568.621	568.621
Ações ordinária	7.066.362.882	7.066.362.882

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Descrição:	31/03/2024	31/12/2023
Lucro líquido	12.649	8.330
Ações ordinária	7.066.362.882	7.066.362.882
Resultado básico por ações em Reais (R\$)	0,0018	0,0012

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 31 de março de 2024, um ganho líquido de R\$ 5.786 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023 referente ao compartilhamento de riscos, encerrando assim o período de 2024 no valor de R\$ 13.014.

26.4. Prejuízos acumulados

O encerramento do período em 31 de março de 2024, resultou em um saldo de prejuízo acumulado de R\$ 90.584, resultado a qual teve redução de R\$ 12.649 em relação ao valor apresentado em 31 de dezembro de 2023.

27. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e de 2023 está apresentado a seguir:

Descrição:	31/03/2024	31/03/2023
Receitas com serviços portuários	37.006	29.827
Receitas com arrendamentos	33.249	29.832
Impostos sobre vendas e serviços	(7.710)	(6.272)
Cancelamentos e devoluções	-	(3)
Receita de construção	23.828	-
Receita operacional líquida	86.373	53.384

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Custos e despesas por natureza

Descrição:	31/03/2024	31/03/2023
Despesas com pessoal	(11.906)	(17.620)
Serviços de terceiros	(9.690)	(8.940)
Amortizações concessão	(1.817)	(2.614)
Depreciações e amortizações	(4.527)	(2.630)
Materiais	(262)	(78)
Seguros	(1.567)	(926)
Obrigações da concessão	(10.698)	(9.127)
Energia, água e outras utilidades	(476)	(524)
Ações judiciais	(150)	(2.310)
Multas	(40)	(89)
Despesas com viagens	(192)	(104)
Despesas tributárias	(35)	(1.127)
Outras despesas	(1.430)	(1.176)
Custo de construção	23.828	-
Total	(66.618)	(47.265)
Custos dos serviços prestados	(52.288)	(29.217)
Despesas gerais e administrativas	(14.330)	(18.048)
Total	(66.618)	(47.265)

29. Outras receitas e despesas líquidas

	31/03/2024	31/12/2023
Provisões para riscos	(3.541)	(3.049)
Perda de Crédito Estimada	61	71
Provisão bônus	(774)	(1.500)
Provisão energia elétrica	-	(229)
PDIV (a)	612	(35.420)
Reversão provisão p/ riscos	4.365	1.707
Reversão provisão plano de pensão	483	401
Outras despesas e receitas operacionais	514	1.224
Receita de direito de outorga (b)	-	-
Total	1.720	(36.795)

- (a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa estabelecer critérios e procedimento para a concessão de incentivos “a demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE nº 590415 do STF (Tema 152) ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10 de janeiro de 2023.

Puderam participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31 de julho de 2023.

Durante o exercício de 2023 ocorreram os desligamentos dos funcionários que optarem pela adesão ao PDIV. A primeira turma, desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorreram até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias, se pode observar no grupo de Outras Despesas;

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Resultado financeiro

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas financeiras:		
Variação monetária ativa	1.239	767
Rendimentos com aplicações financeiras	4.172	2.879
Juros ativos	104	310
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	-	10
Total	<u>5.515</u>	<u>3.966</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária passiva	(6.482)	(7.778)
Despesas bancárias	(10)	(14)
Juros sobre empréstimos	(44)	(25)
Juros passivos	(26)	(1)
Outras despesas financeiras	(287)	(199)
Total	<u>(6.849)</u>	<u>(8.017)</u>

31. Instrumentos financeiros

31.1. Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes caixa	161.051	162.686
Contas a receber	22.455	14.313
Créditos negociados com clientes	-	-
Depósitos Judiciais	20.617	25.837
Total	<u>204.123</u>	<u>202.836</u>
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	15.332	18.528
Passivo de Arrendamentos	3.691	3.770
Outras Contas a pagar	8.684	4.584
Obrigações com o poder Concedente	213.474	201.156
Total	<u>241.181</u>	<u>228.038</u>

31.2. Categorias de instrumentos financeiros

31.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

31.2.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.2.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos 12 meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário provável II (+25%)</u>	<u>Cenário provável III (+50%)</u>	<u>Cenário provável II (-25%)</u>	<u>Cenário provável III (-50%)</u>
Saldos patrimoniais							
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	99,95% CDI	160.758	17.113	21.391	25.669	12.835	8.556
Passivos financeiros							
Obrigações com o poder concedente	IPCA	184.285	7.242	9.053	10.864	5.432	3.621

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo de 31 de março de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Paulo Henyan Yue Cesena
Diretor Presidente

Angelo Santana Garcia Junior
Diretor Financeiro e RI

Miguel Britto Ferreira
Diretor Jurídico e Regulatório

Pedro Henrique Garcia Benevides
Diretor Comercial

Alsimar Santos Damasceno
Diretor de Infraestruturas e Operações

Scheslei Wagemacker
Gerente de Contabilidade
CRC-ES: 019.459/O-4